



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria Ambiental

1. Sensível ao aumento do número de queimadas registradas por satélites do INPE ao longo de 2015 e 2016, aos problemas de saúde pública durante a dura estiagem amazônica do segundo semestre de 2015, e considerando, ainda, o princípio constitucional da prevenção ao dano ambiental (cf. art. 225), este agente da coordenadoria ambiental do Ministério Público de Contas junto ao TCE/AM expediu a Recomendação n. 63/2015-MP-RMAM à autoridade representada, com requisição de informações sobre as medidas de prevenção e combate a queimadas assim como recomendação de implantação de brigadas com vistas à prevenção dos eventos da previsível estiagem de 2016.

2. Ocorre que, em resposta (Ofício 122/2015 – GPM/SAI), o Prefeito Municipal informou que “no quadro da secretaria municipal de defesa civil deste município há apenas três servidores além do secretário municipal que atuam como brigadistas, além de voluntários que atuam quando necessário”. Todavia, como destaca a autoridade (com seu “apenas”), o quadro de recursos é insuficiente para a realização de ações preventivas eficazes no período de estiagem.

3. Então, é caso, de insistir na apuração da falta, instrução e requisição de providências assim como eventual definição de responsabilidade das autoridades competentes, pois a omissão de política pública voltada à prevenção, controle e combate a desastres ambientais é fato ilícito e intolerável que deve motivar a atuação preventiva e concomitante do serviço de controle externo em seu viés de tutela ambiental em face da inércia da Administração fiscalizada.

4. É bem de ver que a omissão antijurídica de tutela administrativa ambiental suscita a responsabilidade, tanto da Administração Estadual quanto da Municipal, sujeitas à função controladora desta Corte de Contas, por



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria Ambiental

qualificar-se o fato como descumprimento do dever de promoção de medidas de proteção e efetivação dos direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, dignidade vital e de combate à poluição, nos termos proclamados pela Constituição de 1988 (cf. art. 23, IV, c/c art. 225).

5. Nessa esteira, as Administrações estadual e municipal são solidárias, objetiva e ilimitadamente, na responsabilidade pelo risco de dano e danos derivados da inércia, nos termos da Constituição e da Lei 6.938/1981, porque a ordem jurídica lhe incumbe controlar e fiscalizar, na medida em que contribua, direta ou indiretamente, tanto para a degradação ambiental em si mesma, como para seu agravamento, consolidação ou perpetuação, isso sem prejuízo da adoção, contra o agente público relapso ou desidioso, de medidas disciplinares, penais, civis e no campo da improbidade administrativa.

6. No caso concreto, o dado é alarmante e patenteia fato de elevado risco e prejuízo iminente à sadia qualidade de vida dos amazonenses, como notório, aliás, nos dias cinzentos e de dificuldade respiratória da segunda metade de 2015. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE registrou e divulgou aumento significativo dos focos de calor no município, correspondentes à proliferação de queimadas e desmatamentos em larga escala, que destroem parcela fundamental do bioma Amazônia e colocam em risco a sadia qualidade de vida na região com repercussões deletérias até mesmo em escala planetária consoante estudos científicos que apontam no contexto do fenômeno das mudanças climáticas e aquecimento global (anexo).

7. É o caso de fixar prazo razoável para providências no sentido de remover o ilícito omissivo, com base no disposto no inciso VIII do art. 40 da Constituição Amazonense. Além disso, em vista da magnitude e relevância do interesse tutelado e das circunstâncias alarmantes do caso vertente, torna-se plausível a fixação de astreintes a fim de assegurar a tutela específica e



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria Ambiental

tempestiva da obrigação de fazer, por aplicação subsidiária do art. 537 do CPC. Nesse sentido, são os seguintes precedentes dos tribunais de contas brasileiros:

Dispositivo. V – **FIXAR ASTREINTES**, com fundamento no artigo 286-A24 do Regimento Interno **combinado com o artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil**, no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a incidir diariamente caso ocorra o descumprimento do preceito inserto no item IV, “a”, desta Decisão, a ser suportada, pessoalmente, pelo (...), e pela (...), caso não haja a suspensão da executoriedade do contrato firmado com a (...) ou com outra empresa que lhe tenha sucedido, sem as formalidades litúrgicas previstas na Lei Federal nº 8.666/93; PROCESSO Nº: 1227/2011, APENSO Nº 1254/2011, TCE-RO Rel. Cons. Wilber Carlos dos Santos Coimbra ACÓRDÃO Nº 03/2012 – PLENO¹.

EMENTA: RESOLUÇÃO Nº 009/2011. PROCESSO DE CARÁTER SELETIVO E PRIORITÁRIO. CORPO INSTRUTIVO QUE SUGERE MEDIDA CAUTELAR PARA QUE ESTA CORTE DE CONTAS DETERMINE A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS, PRETENSAMENTE MACULADOS. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS – FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA – NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DO PEDIDO CAUTELAR. (...) **POSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO DE MULTA PESSOAL AO RESPONSÁVEL PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTELIGÊNCIA DO ART. 110 DA LCE Nº 464/2012.** TCE-RN PROCESSO Nº 5046/2012 Rel. Cons. Carlos Thompson Costa Fernandes 1ª Câmara²⁶.

8. *Ex positis*, considerando como insuficiente a resposta do gestor municipal, a necessidade de apurar o fato e de refutar qualquer possibilidade de omissão no tocante a prevenção as queimadas, este Ministério Público de Contas requer a admissão, processamento e instrução desta representação,

¹ Disponível em http://www.tce.ro.gov.br/arquivos/Diario/Diario_00165_2012-3-22-12-31-57.pdf



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria Ambiental

assegurada a prioridade regimental (art. 64), o contraditório e defesa às autoridades estadual e municipal, assim como às respectivas pessoas jurídicas de direito público – sem prejuízo de eventual iniciativa de termo de ajustamento de gestão – a fim de que ao final seja:

I) fixado prazo razoável ao Prefeito do Município e ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, e às respectivas pessoas jurídicas (Estado e Município), para remoção do ilícito omissivo (*ex vi* art. 40, VIII, da Constituição Amazonense), mediante conjugação de esforços para implantação efetiva de brigadas de prevenção e combate a queimadas e desmatamentos, com os recursos materiais e humanos necessários para atuarem no âmbito local a partir do segundo semestre de 2016, sob pena de multa diária, com base no art. 537 do CPC, aplicável subsidiariamente de acordo com o art. 127 da Lei Orgânica do TCE/AM.

9. Espera controle externo eficaz e efetividade da ordem jurídica.

Manaus, 12 de maio de 2016.

RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA

Procurador de contas, titular 7ª Procuradoria e da Coordenadoria Ambiental

